



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº

1/2003, Nº 159/2004 E Nº 181/2004

Regulamenta o § 3º do
artigo 198 da Constituição
Federal e dá outras
providências.

EMENDA Nº 9 / 2007

(Almanão)

Inclua-se o § 2º ao art. 5º do Projeto de Lei Complementar Nº 01/2003, com a seguinte redação:

§ 2º Caso a União esteja aplicando percentual inferior ao fixado no caput deste artigo, deverá elevá-lo gradualmente, até o exercício financeiro de 2012, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quarto por ano, sendo que, a partir de 2008, a aplicação será de pelo menos oito por cento."

Justificativa

A Constituição de 1988, quando da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), estabeleceu que a responsabilidade do financiamento fosse compartilhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A Emenda Constitucional 29 vinculou ao artigo 198 da Constituição Federal uma forma de financiamento estável, com regularidade para a saúde, porém atualmente a União somente não pode aplicar na área um valor menor do que o do ano anterior, reajustado de acordo com a variação nominal do PIB.

A possibilidade de elevação gradual da vinculação permite que em quatro anos a União alcance o repasse de 10%, conforme a determinação do texto do projeto original e ao que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde por meio da Resolução nº. 322/03 que asseguravam a vinculação de recursos federais de 10% de suas receitas brutas, resultando aproximadamente em R\$ 20 bilhões a mais do que é destinado para a saúde no modelo de repasse atual. O prazo de quatro anos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

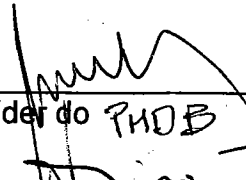
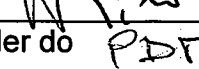
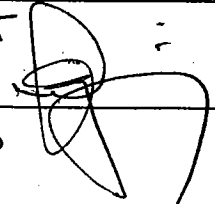
(nº 9 - Plenário)


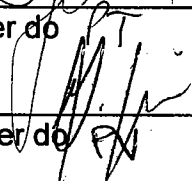
para alcance da vinculação de 10% minimiza o impacto no orçamento da União em relação aos valores despendidos em ações e serviços públicos de saúde.

Ségundo dados do Sistema de Informação do Orçamento Público em Saúde (Siops) 93% dos municípios brasileiros, responsáveis pela integralidade da atenção à saúde da sua população, apresentaram em 2006, investimento superior em média 30% ao que está determinado pela Emenda Constitucional 29, mesmo sem a sua regulamentação.

A União deve responder, solidariamente com os municípios, o Distrito Federal e os estados, e participar do financiamento tripartite do Sistema Único de Saúde. Portanto a emenda proposta defende uma forma de financiamento para a saúde que possibilite uma maior estabilidade dos recursos, propondo que a União participe com o valor equivalente a dez por cento das receitas correntes brutas no financiamento do SUS, em ações e serviços públicos de saúde, tornando o controle social mais efetivo quanto à alocação dos recursos.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2007.


Líder do **PHOB**

Líder do **PDT**

Líder do **PSB**
Líder do


Líder do **PT**

Líder do **PM**
Líder do
Líder do